



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MEXILHOEIRA GRANDE

ÍNDICE	Pág
INTRODUÇÃO -----	3
ÓRGÃOS SOCIAIS -----	6
RELATÓRIO DE ATIVIDADES -----	7
Administração -----	7
Projeto de construção do Equipamento Social -----	11
Atendimento e Orientação Social -----	12
Projeto Intergeracional “Memória Viva” -----	14
Animação Sociocultural -----	16
RECURSOS -----	17
Recursos Humanos -----	17
Recursos Materiais -----	17
RELATÓRIO DE CONTAS E PARECER DO CONSELHO FISCAL 2021 -----	19
Balanço -----	20
Demonstração de resultados -----	21
Anexo -----	22
Fluxo de Caixa -----	33
Parecer do Conselho Fiscal -----	34

Introdução

O ano de 2021 foi particularmente exigente em termos de tomadas de decisão, em particular no que diz respeito ao projeto de construção do equipamento social da Misericórdia. No final do ano de 2020 (Dezembro) a Misericórdia tinha submetido uma candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3.ª Geração (PARES 3.0) para a construção da ERPI, do Centro de Dia e do SAD da Instituição. Directamente relacionado com a candidatura e como condição de aprovação estava a decorrer o processo de regularização do terreno alvo da implantação do edifício, sito na Palmeirinha, e o processo de cedência do terreno municipal, contíguo a este, a favor da Misericórdia. Em meados do ano os processos ficaram concluídos com as respectivas escrituras de doação, contudo, tivemos de aguardar até dezembro de 2021 para sermos notificados da decisão de indeferimento da nossa candidatura ao PARES 3.0, por falta de dotação financeira do programa. Não obstante os telefonemas mensais para o Instituto de Segurança Social para saber do ponto de situação da análise da nossa candidatura o processo foi demasiado demorado e em fevereiro já a União das Misericórdias Portuguesas organizava uma Webinar sobre o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), dando a conhecer os eixos estratégicos, entre eles o da resiliência que previa o aumento da capacidade de reacção em tempos de crise através da requalificação e construção de respostas sociais, entre outras medidas. Antecipávamos outro programa de apoio financeiro para a construção do Equipamento social da e tínhamos a urgência de dar maturidade ao projeto de arquitetura que ainda estava sob a análise da Unidade Técnica de Arquitetura e Engenharia (UTAE) do ISS, no âmbito do PARES – 3.0. Tal como em 2020, o final do ano de 2021 foi muito intenso com a alteração do projeto de arquitetura e todas as diligências inerentes ao processo, de modo a ter um edifício com maior capacidade de resposta e com possibilidade de ampliação do espaço físico e de serviços.

A percentagem de execução do plano de acção 2021 foi superior a 70, pois das cinco actividades previstas, apenas o gabinete de rastreio e acompanhamento da diabetes e hipertensão arterial não se realizou por motivos relacionados com a pandemia de Covid-19. Das restantes quatro actividades previstas: o projeto do Equipamento social, apesar de ter requerido muito acompanhamento, os resultados no final do ano não foram os previstos pelos motivos referidos acima; o atendimento e orientação social foi contínuo ao longo do ano e por fim das três actividades de animação sociocultural previstas apenas não se realizou as jornadas europeias do património.

Os objectivos estratégicos e operacionais previstos, foram, na maioria, alcançados. Em relação ao objectivo de estabelecer novas parcerias e reforçar as existentes, no decorrer de 2021, a Misericórdia assinou a adenda ao protocolo de parceria no âmbito do NPISA (Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo), aprovou o plano de acção 2021-2022 do Núcleo e esteve presente na reunião de Plenário, realizada a 06/08/2021. Foram iniciados os procedimentos para o protocolo de cooperação no âmbito do Projeto de Atendimento e Apoio Social de Proximidade, com a Câmara Municipal, o qual foi assinado em janeiro de 2022. A Misericórdia esteve presente em 20 reuniões da Comissão Municipal de Protecção Civil de Portimão e em 3 reuniões do Conselho Local de Ação Social (CLAS), tendo na reunião de 08/02/2021, na sequência do pedido de parecer técnico do CLAS para a candidatura ao PARES 3.0, feito a apresentação do projeto do Equipamento Social da Misericórdia. O projeto foi analisado no núcleo restritivo do CLAS e atribuído a classificação de 96.40.

Para além da presença nas reuniões locais, a Misericórdia tem estado presente em todas as reuniões do Secretariado Regional da União das Misericórdias Portuguesas. E, pela primeira vez, esteve presente no Encontro Diocesano dos Centros Sociais Paroquianos e Misericórdias, realizado no Centro Pastoral de Ferragudo, no dia 16/11/2021.

Fizemos o registo em duas plataformas: da União das Misericórdias Portuguesas (rede.urp-ump), que consiste numa plataforma de gestão de pedidos de informação em diversas áreas (jurídico, acção social, financeiro, saúde, acordos, entre outros) e a plataforma do associativismo da Câmara Municipal (associativismo.cm-portimao.pt) a partir da qual as associações e instituições do concelho divulgam as suas actividades/serviços e também candidatam-se aos apoios financeiros – contractos programa.

No que concerne à identidade e imagem, a página oficial da Misericórdia já está mais visível na web através www.misericordiamexilhoeiragrande.com

Um dos objectivos estratégicos e operacionais trabalhados em 2021 foi o de “Preservar, estudar e dinamizar o património artístico móvel e o arquivo histórico da Instituição”. Nos finais de Setembro todo o arquivo histórico estava digitalizado. O acervo do arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande é constituído por 234 documentos, com um período temporal de 1594 – 1975, dividido por 6 classes: 1 – Fundação (111 páginas); 2 – Órgãos Sociais (806 páginas); 3 – Património (3251 páginas); 4 – Correspondência (131 páginas); 5 – Atividades (249 páginas); 9 – Documentos Religiosos (Missal do séc. XVII).

Em Maio, a Misericórdia elaborou um projeto e apresentou candidatura aos Prémios BPI Fundação “la caixa” Seniores 2021. O projeto, intitulado 3P’s – Participar/Prevenir/Preservar, propunha o desenvolvimento de 5 atividades, distribuídas por 3 domínios: tecnologias de informação e comunicação; saúde e bem-estar e sociocultural. O projeto procurava dar resposta ao isolamento social e digital, promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas mais velhas e lançar as bases para um centro de convívio diferenciador. Em outubro recebemos a notificação de que o nosso projeto não foi seleccionado. Das 228 candidaturas, apenas 34 foram aprovadas. Consideramos que o fato de não termos histórico de actividade social relevante e de não termos respostas sociais formalizadas influenciou a decisão. Mas não desistimos e voltaremos a concorrer em 2022, a este programa ou outros na área da banca, seguros ou fundações, pois esta iniciativa de financiamento do sector social não lucrativo pode ser um meio de financiar o funcionamento da actividade da Misericórdia enquanto o projeto de construção do Equipamento Social decorre.

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

José João Albano Dias

1º Secretário

Rita Joana da Silva Pinto Dias

2º Secretário

Adosinda da Silva Calhau Guia

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor

António José Duarte Borralho

Vice-Provedor

Susana Filipa da Silva Santos

Secretário

Bruno Miguel Amores Inácio

Tesoureiro

Mónica Filipa Várzea Afonso

Vogal

Armando da Conceição Esteves

CONSELHO FISCAL

Presidente

Maria dos Santos C. Mateus Cristino

Secretário

Susana Isabel da Silva Guia

Vogal

Ana Sofia Anacleto Luís

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Administrativas

No decorrer do ano houve a necessidade de se fazer um investimento em equipamentos técnico-administrativos, nomeadamente num computador fixo, numa impressora e num telemóvel. Em virtude da avaria irreparável do computador portátil e da impressora e da alteração do operador de comunicação, da NOS para a MEO.

Administrativas			
Designação		Início	Termino
a)	Regularização do terreno da Palmeirinha	2016	Mai 2021
b)	Cedência do terreno municipal, sito na Palmeirinha	2015	Junho 2021
c)	Arrendamentos de terrenos	2016	Regular
d)	Serviço administrativo regular (Recebimento de pagamentos de quotas de irmãos e funerais, aluguer de ajudas técnicas, pagamento a fornecedores de serviços externos, correspondência e arquivo)	Regular	Regular

a) Regularização do terreno da Palmeirinha

Após o destaque da parcela do terreno, sito na Palmeirinha- Mexilhoeira Grande, a escritura de doação a favor de Maria Francisca Silva, realizou-se no Cartório Notarial de Lagos a 07 de abril de 2021.

As diligências tomadas em 2021 foram as seguintes:

Data	Assunto	Observações
25/01/2021	Informação da conclusão do processo de destaque da parcela de terreno e envio de documentação para registo do terreno.	Carta registada com aviso de receção, aos advogados da Sr. Maria Francisca Silva.
27/01/2021	Levantamento das plantas de destaque do terreno da palmeirinha	Balcão único de Portimão

19/02/2021	Envio de e-mail à Dra. Teresa Silva, advogada da Sr.a Maria Francisca	Indicação da data da escritura.
07/04/2021	Escritura de doação do terreno	

b) Cedência do terreno camarário, sito na Palmeirinha

Este processo iniciou-se em 2015 com o pedido formal de cedência do dito terreno. No final do ano de 2020, a 23 de dezembro, saiu um edital de aditamento ao alvará de loteamento n.º2/2004, com a indicação da desafectação da parcela com 1078 m², do domínio público para o domínio privado.

Em 2021 foram feitas as seguintes diligências para a conclusão do processo:

Data	Assunto	Observações
21/01/2021	Contactei, por telefone, departamento jurídico da Câmara Municipal para saber do processo de doação do terreno municipal.	O processo ainda estava no departamento técnico
09/02/2021	Articulação com o solicitador do Município.	Inicia-se o processo de organização da documentação para a escritura
02/03/2021	Registo do terreno na Conservatória Predial	Entrega de documentação para registo do terreno. A aguardar o envio das referências de multibanco para pagamento.
22/03/2021	Pagamento do registo	
20/05/2021	Envio de documentação para escritura	Cartório Notarial de Joana Tenazinha – Portimão
16/06/2021	Escritura de Doação	Estiveram presentes no ato a Presidente da Câmara e o Provedor

c) Arrendamento dos prédios rústicos

Terrenos	Observações
Poço Fuseiro	Arrendado, desde 2016 para cultivo de cereal e pastagem de gado miúdo.
Poço Seco	A empresa Newgreen manifestou interesse em arrendar o terreno. Foi informado das condicionantes do terreno em relação ao tipo de actividade económica a exercer no dito terreno e da necessidade dos pareceres técnicos das entidades que têm poder de decisão.
Branquinho	O Sr. Fábio Ferreira voltou a contactar a Misericórdia para manifestar a sua intenção de compra e solicitou que reavaliássemos o valor indicado (30.000,00€) considerando as características do terreno. Realizou-se registo fotográfico do terreno. Não houve mais contactos.
Areal	Regista-se a resolução do contrato de arrendamento com a empresa NewGreen, com efeito a partir de 30 de setembro de 2021. O terreno esteve arrendado 2 anos.
Semagres	S/ Observações
Senhora do Verde	S/Observações

d) Serviço administrativo regular

- **Quotas irmãos/sócios** – Em 2021 procedeu-se à regularização da situação de contribuição mensal de associado, dando cumprimento ao exposto na alínea b) do artigo 11º, do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande, tendo

sido contactados 10 irmãos que deixaram de “satisfazer a sua contribuição mensal por tempo superior a dois anos”. Desses 10 contactos apenas 3 regularizaram a situação.

Assim verificamos que dos 59 irmãos associados existentes no ano de 2020, há a registar o desvinculo de 7 por não cumprirem as condições de associado, o falecimento de uma associada, em Maio e a desistência de outra. Como não se registou novas inscrições, a Misericórdia tem actualmente 50 associados.

Numa breve caracterização podemos indicar que a maioria dos irmãos associados é do género feminino (gráfico 1) e que, em relação à idade, cerca de 47 % encontram-se na faixa etária dos 66-85. (gráfico 2).



Gráfico 1



Gráfico 2

- **Aluguer da Capela para Velório** – Devido à pandemia de covid – 19, a capela esteve fechada. Em 2020 apenas se realizaram 7 funerais e em 2021 nenhum. O aluguer da capela para os velórios é umas das quatro fontes de receita da Misericórdia, tendo registado em 2019 o valor de 2233.68 €.
- **Aluguer de Ajudas Técnicas** - O Banco de Ajudas Técnicas (BAT), no decorrer de 2021 teve em aluguer os seguintes equipamentos:

Ajuda Técnica	Meses/ 2021											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Canadianas	X	X	X	X	X							
Cadeira de rodas Manual						X	X	X	X	X	X	X
Cadeira de rodas Manual												X
Cadeira de banho fixa	X	X	X	X	X							
Cama Articulada Elétrica	X										X	X
Cama articulada Manual	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

BI
Sfautó
d. 2

Andarilho

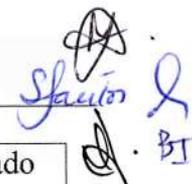
X X X X X X

Projeto de construção do Equipamento Social

Como referido na introdução, o estudo-prévio do projeto de arquitetura do ES (Equipamento Social) esteve em análise durante todo o ano de 2021. Antevendo a decisão de indeferimento e estando a maturidade do projeto cativa do processo de análise da candidatura do PARES 3.0, a Mesa Administrativa decidiu pedir o parecer técnico do projeto ao Centro Distrital de Segurança Social sem fazer referência à dita candidatura.

De seguida apresentamos as diligências e procedimentos adoptados para acelerar a maturidade do projeto de modo a reunir condições para apresentar candidatura ao PRR.

Data	Ação / Assunto	Observações
21/09/2021	Pedido de parecer no âmbito de informação prévia para construção de Equipamento Social.	Carta Registada com aviso de receção para o CDSS – Faro
26/10/2021	Receção do parecer técnico – projeto de licenciamento: ERPI, CD e SAD	O Despacho refere que o projeto não reúne as condições para a emissão de parecer favorável.
22/11/2021	PRR- Publicação do Aviso de abertura do concurso. RE-C03-i01.m01- Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais	Aberto de 07/12/2021 a 22/02/202
25/11/2021	Reunião, via zoom, com o gabinete de arquitetura- Confiseg, para analisar o despacho do CDSS	Análise conjunta do despacho e das alterações indicadas no documento. Abordada a questão do aumento do custo m2 da construção do Edifício (forma circular e custos associados à movimentação de terras).
07/12/2021	Reunião com a Diretora Regional de Segurança Social, Dra. Margarida	Estiveram presentes na reunião, Mesa Administrativa, Eng.º João Pires da


 J. B. J.

	Flores	Confiseg, Presidente do secretariado regional da UMP.
08/12/2021	ISS - Notificação de intenção de Indeferimento da Candidatura ao PARES 3.0	Não enquadramento da candidatura na dotação orçamental prevista.
09/12/2021	Reunião, via zoom, com o gabinete de arquitetura – Confiseg Discussão sobre aspectos relacionados com o aumento da capacidade da ERPI (de 40 para 60 utentes) e com a disposição do edifício, com vista à apresentação de candidatura ao PRR.	Verificamos alguma relutância, por parte da equipa de arquitetura, em alterar o programa inicial, o qual já não nos serve, pois os custos associados à execução da empreitada são incomportáveis para a Instituição.
16/12/2021	Receção de e-mail da Confiseg, com apresentação de orçamento para revisão do projeto de arquitetura e de especialidades.	O e-mail veio na sequência da reunião do dia 09/12.
17/12/2021	Assembleia Geral Extraordinária, para apresentação e discussão do anteprojecto do ES	A Assembleia delibera sobre a consulta a outros gabinetes de arquitetura que consigam, em tempo útil, cumprir os requisitos necessários para apresentar a candidatura ao PRR.
20/12/2021	E-mail ao Advogado que nos assessorou no procedimento de Contratação	Pedido de orientação jurídica para a resolução do contrato com a Confiseg.

Atendimento e Orientação Social

Este apoio, enquadra-se naturalmente na *Missão* da Misericórdia e consta do seu Compromisso no artigo 1.º, n.º 2.3 como o Apoio à família e comunidade em geral. “ *Para a prossecução do objetivo mencionado a Misericórdia poderá promover atividades como serviços de atendimento e acompanhamento psicossocial, económico e jurídico, serviço de apoio domiciliário, centro de apoio à vida, casas de abrigo, ajuda alimentar, centro comunitário, refeitório/cantina social.*” É certo que ainda não conseguimos prestar todo o apoio explanado acima mas com a articulação

com os parceiros da Rede Social de Portimão, temos conseguido, desde 2014 colmatado algumas dificuldades sentidas pelas famílias e indivíduos da freguesia de Mexilhoeira Grande. Em modo de avaliação, apresentamos no seguinte quadro o número de beneficiários por ano, atendidos desde 2014.

N.º de Beneficiários / Ano							
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
7	9	30	31	23	20	20	26

Os tipos de apoio solicitado e prestado são os seguintes:

1. Orientação e apoio para requerer prestações sociais
2. Apoio para marcação de atendimento social (serviço local de Segurança Social)
3. Apoio Alimentar
4. Apoio para a marcação de exames e consultas médicas
5. Distribuição de vestuário, calçado e móveis

Em termos de recursos internos, a Misericórdia recebe doações de vestuário, móveis, louças, calçado, têxteis de lar, bens alimentares e de higiene, para serem distribuídos pelas famílias e indivíduos.

Em 2021 foram feitas as seguintes doações:

18/05	Bens alimentares, roupa e fraldas
30/06	Bens alimentos, louças e roupas
08/09	Fraldas e resguardos descartáveis
27/08	Roupa de cama
09/09	Fraldas e resguardos de cama
20/09	Bens alimentares

A 24 dezembro, em articulação com o CIRM procedemos à distribuição de bens alimentares angariados por aquela entidade, pelas famílias acompanhadas pela Misericórdia.

Em 2021, dos 26 indivíduos atendidos, somente 3 resolveram a situação apresentada com um atendimento, a maioria das situações requerem um acompanhamento mais prolongado, com vistas ao domicílio e apoio regular.

A frequência dos atendimentos pode ser observada de seguida, no gráfico 3.

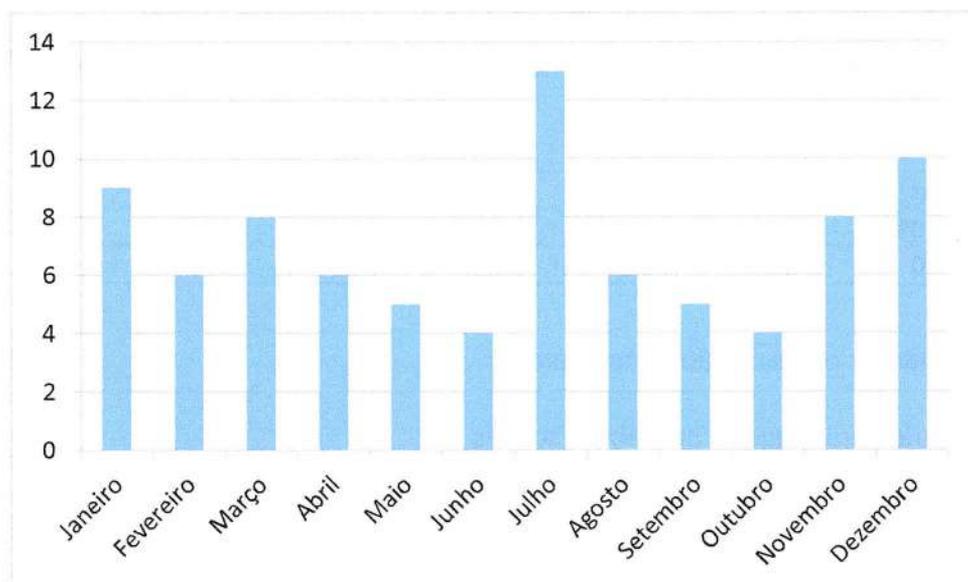


Gráfico 3 – Frequência de atendimentos e diligências 2021

Nos finais de 2021 iniciaram-se os procedimentos para a celebração do Protocolo de Cooperação no âmbito do Projeto de Atendimento e Apoio Social de Proximidade com a Câmara Municipal de Portimão. O protocolo pressupõe a articulação do técnico da Misericórdia e de um técnico do Município com o objectivo de prestar *“apoio efectivo a munícipes em situação de vulnerabilidade social, económica e habitacional, de modo a colmatar as múltiplas carências registadas por inexistência de determinados serviços nesses locais, promovendo soluções de apoio social visando o a integração social e a melhoria da qualidade de vida...”*

Projeto Intergeracional “Memória Viva”

Este projeto, foi iniciado ano letivo 2019-2020, e pretendeu contribuir, não só para o estudo e a salvaguarda o património cultural móvel, imóvel e imaterial desta freguesia, através da sua recolha, registo e documentação, como também fomentar a valorização dos saberes dos mais velhos e evidenciar as mais-valias que advêm do envolvimento das gerações na (re)construção da identidade coletiva, ouvindo as memórias dos mais velhos e experienciando os seus ensinamentos. Em si, o projeto compreendeu 3 fases: 1ª Fase - Recolha de brinquedos, brincadeiras, lendas, lengalengas, trava línguas, cantigas de roda, adivinhas e provérbios distribuindo as tarefas de acordo com o ano de ensino; 2ª Fase – Tratamento da recolha, (fotografar, medir, descrever e contextualizar) com o objetivo de criar uma base de dados com os

objetos recolhidos e as diversas expressões de património oral; 3ª Fase – Exposição e produção de catálogo ou outro documento físico que reúna e valorize o trabalho dos alunos, pais, avós e professores que estiveram envolvidos.

Devido à pandemia de COVID-19 não foi possível realizar a exposição do projeto em 2020 e em 2021 retomamos o contacto com a Escola José Sobral para propor a realização da exposição e dar continuidade ao projeto com as atuais turmas do 1.º Ciclo.

Iniciamos o contacto com a Coordenadora da escola e com as professoras do 1.º ciclo em Setembro.

Foram realizadas duas reuniões de trabalho com as professoras (16/09 e 07/10), durante as quais ficou agenda a recolha dos brinquedos, o agendamento da exposição e a marcação, por turma, das visitas à exposição. Foi também pedida a colaboração de alguns avós para dinamizar a Oficina do Brinquedo.



Foi feito o pedido de cedência do armazém da Junta de Freguesia para a exposição. Dentro do que o espaço físico e os recursos disponíveis permitiram foram montados 3 espaços expositivos e um amplo espaço para a dinamização de brincadeiras (saltar à corda e ao elástico).





Por motivos de isolamento profilático da maioria das turmas do 1.º Ciclo da Escola, a Exposição foi adiada para data a definir.

Animação Sociocultural

As actividades relacionadas com a celebração da época natalícia (montagem dos dois presépios com a colaboração dos estabelecimentos de ensino e o lanche de Natal) não foram realizadas pelos motivos já referidos. Contudo, não quisemos deixar passar as celebrações sem montar o presépio algarvio na sede da Misericórdia o qual esteve acessível à comunidade para visita até ao dia de Reis.



RECURSOS

Recursos Humanos

A Misericórdia de Mexilhoeira Grande, tem um funcionário, com formação superior na área das ciências sociais e humanas (Antropologia) que desempenha diversas funções, de acordo com as necessidades da Instituição. Para além deste funcionário, a Misericórdia tem contrato de prestação de serviço com o Técnico Oficial de Contas e com um prestador de serviço de limpeza.

Formação

Em 2021 o funcionário da Misericórdia iniciou o **Curso de Gestão de Organizações da Economia Social**, promovido pela **CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social**. O curso tem o total de 147 horas, distribuídas por 8 módulos. Em 2021 ficou concluído o módulo de Economia Social (14 horas).

Há ainda a registar a participação nas seguintes Webinar:

15/03 – Pandemia e Saúde mental, promovida pela Câmara Municipal de Portimão

27/07 – Compromisso e acordos de cooperação 2021-2022, promovida pela União das Misericórdias Portuguesas

07/09 – Esclarecimentos e apresentação do PRR a todas as entidades, promovido pela CCDR

Recursos Materiais

Os recursos materiais existentes na Misericórdia, revelaram-se suficientes para o desenvolvimento das atividades realizadas. A sede da instituição é constituída por:

- dois gabinetes fechados e equipados com mobiliário de escritório;
- uma sala de arrumos;
- Uma sala multiusos, com um espaço destinado a receção/serviço administrativo, equipado com mobiliário, impressora multifunções, computador e um espaço para reuniões/formação/sala de espera, equipado com mesa oval, cadeiras, televisor e pequena cafetaria.
- Duas instalações sanitárias.

Geminada com a sede, existe a Capela da Misericórdia, onde realizamos, anualmente a montagem do Presépio e as comemorações de Natal.

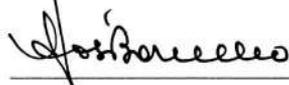
Para além da sede social e da Capela, onde decorre a maior parte das atividades a Misericórdia tem num pequeno prédio, que serve de armazenamento das ajudas técnicas.

Considerações finais

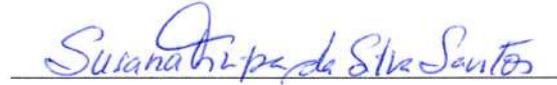
No final do ano de 2021 foram lançadas as bases para acautelar as condições de construção de um Equipamento Social adequado às necessidades da Misericórdia, salvaguardando o funcionamento essencial deste tipo de estruturas e garantir a possibilidade de ampliar o edifício para a criação de futuras respostas sociais. O projeto de construção do ES, com a ERPI, o Centro de Dia e o SAD está em andamento. À presente data, a Misericórdia apresentou candidatura ao PRR- medida RE-C03-i01.m01- Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais. Ao nível das parcerias, o protocolo de cooperação com a autarquia, no âmbito do Atendimento e Apoio Social de Proximidade foi assinado, pelo que trabalho já desenvolvido pela Misericórdia ganha maior solidez.

A Mesa Administrativa

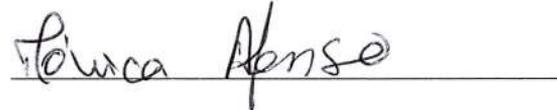
Provedor



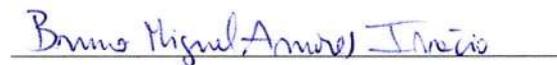
Vice – Provedor



Tesoureira



Secretário



Vogal



Stavros
BI

RELATÓRIO DE CONTAS E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Balanço

Demonstração de resultados

Anexo

Fluxo de Caixa

Parecer do Conselho Fiscal

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-
12-2021
(montantes em euros)

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA
MEXILHOEIRA GRANDE

RUBRICAS	DATAS	
	2021	2020
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	79.607,30	15.765,18
Investimentos financeiros	167,58	167,58
Outros créditos e ativos não correntes	491,40	371,88
	80.266,28	16.304,64
Ativo corrente		
Estado e outros entes públicos	1.550,50	1.456,11
Caixa e depósitos bancários	1.077.425,40	1.120.614,57
	1.078.975,90	1.122.070,68
Total do ativo	1.159.242,18	1.138.375,32
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	8.550,76	8.550,76
Resultados transitados	1.122.107,21	1.137.735,78
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	52.019,65	91,65
Resultado líquido do período	(25.783,13)	(15.628,57)
Total dos fundos patrimoniais	1.156.894,49	1.130.749,62
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente		
Fornecedores	396,49	5.557,00
Estado e outros entes públicos	551,20	668,70
Outros passivos correntes	1.400,00	1.400,00
	2.347,69	7.625,70
Total do passivo	2.347,69	7.625,70
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	1.159.242,18	1.138.375,32

Administração / Gerência

Contabilista Certificado Nº 77678

 BI
Santos Q



Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2021

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA
MEXILHOEIRA GRANDE

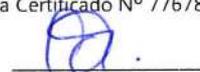
(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2021	2020
Vendas e serviços prestados	1.249,70	1.332,25
Fornecimentos e serviços externos	(5.375,81)	(6.553,90)
Gastos com o pessoal	(19.896,06)	(13.975,64)
Outros rendimentos	1.873,49	4.250,34
Outros gastos	(212,80)	(220,37)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(22.361,48)	(15.167,32)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(3.421,65)	(461,25)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(25.783,13)	(15.628,57)
Resultado antes de impostos	(25.783,13)	(15.628,57)
Resultado líquido do período	(25.783,13)	(15.628,57)

Administração / Gerência

Contabilista Certificado N° 77678

 BI



Santa Casa da Misericórdia da Mexilhoeira Grande



Anexo

14 de março de 2022

Stavros P.
d.
Pa. BI

Índice

1	Identificação da Instituição.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Caixa e Depósitos Bancários	8
5	Ativos Fixos Tangíveis	9
6	Investimentos Financeiros.....	10
7	Fornecedores.....	10
8	Estado e Outros Entes Públicos	11
9	Fundos Patrimoniais	11
10	Rédito	11
11	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	12
12	Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais	12
13	Acontecimentos após Data de Balanço	12

A.
Stanton
A. BJ
ea

1 Identificação da Instituição

ESTRUTURA JURÍDICA E FORMAL DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande é uma Associação sem fins lucrativos, constituída sob a forma de pessoa coletiva, com os estatutos publicados em Diário da República n.º 24, III série, datado de 28 de janeiro de 1984, com sede social na Rua Francisco Bívar n. 74, 8500-132 Mexilhoeira Grande. Tem como propósito satisfazer obras sociais dando expressão organizada ao dever de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, podendo ainda alargar o seu âmbito de atividade aos setores dos setores da saúde, educação e cultura.

CORPOS SOCIAIS

MESA DE ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE: José João Albano Dias

PRIMEIRO SECRETÁRIO: Rita Joana da Silva Pinto Dias

SEGUNDO SECRETÁRIO: Adosinda da Silva Guia Calhau

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Maria dos Santos C. Mateus Cristino

SECRETÁRIO: Susana Isabel da Silva Guia

VOGAL: Ana Sofia Anacleto Luís

MESA ADMINISTRATIVA

PROVEDOR: António José Duarte Borralho

VICE-PROVEDOR: Susana Filipa da Silva Santos

SECRETÁRIO: Bruno Miguel Amores Inácio

TESOUREIRO: Mónica Filipa Várzea Afonso

VOGAL: Armando da Conceição Esteves

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

4
Sputos J
BJ

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

Considera-se que os conteúdos das demonstrações financeiras apresentam-se comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins, passando, a gestão das atividades pela adaptação às novas realidades sócio-financeiras.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- A razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Sem depreciação
Edifícios e outras construções	10 anos
Equipamento básico	De 4 a 6 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	De 3 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	8 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento dizem respeito aos fundos de compensação, 10 ações que detém da TVI e 1 Obrigação de Dívida Pública.

Shirley 7
BJ

3.2.3 Ativos Intangíveis

Apesar de não existirem, é política que os “Ativos Intangíveis” sejam registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidos pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Stuon
8
BF

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente; no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto indicado corresponde à retenção do valor do IRS da funcionária, ao valor a pagar da segurança social da mesma e ao valor da retenção da conta de juros de depósitos a prazo.

4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	197,29	157,97
Depósitos à ordem	14.734,12	7.970,75
Depósitos a prazo	1.062.493,99	1.112.493,99
Outros		
Total	1.077.425,40	1.120.622,71

5 Ativos Fixos Tangíveis

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, os critérios de mensuração, métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas foram já se apresentados no ponto 3.2.1 acima.

Bens do domínio público

A Instituição não usufrui “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período não se encontram registados quaisquer “Bens do património, histórico, artístico e cultural”.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de referência, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Ano de 2020

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Vendas	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	9.083,02					9.083,02
Edifícios e outras construções	44.446,51					44.446,51
Equipamento básico	2.113,90					2.113,90
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	2.263,00					2.263,00
Outros Ativos fixos tangíveis	10.331,00					10.331,00
Investimentos em curso		5.993,12				5.993,12
Total	68.338,40	5.993,12	0.00	0.00	0.00	74.331,52
Depreciações acumuladas						
		2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	44.547,48		100,97	44.446,51		
Equipamento básico	2.113,90			2.113,90		
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	2.263,00			2.263,00		
Outros Ativos fixos tangíveis	9.180,71	461,25		9.641,96		
Investimentos em curso						
Total	57.138,14	461,25	100,97	58.498,42		

Spantos
 10
di. *BJ*

Ano de 2021

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Vendas	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	9.083,02	1.078,00				10.161,02
Edifícios e outras construções	44.446,51	50.850,00				95.296,51
Equipamento básico	2.113,90					2.113,90
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	2.263,00	789,77				3.052,77
Outros Ativos fixos tangíveis	10.331,00	239,99				10.570,99
Investimentos em curso	5.993,12	14.306,01				20.299,13
Total	74.230,55	67.263,77	0,00		0,00	141.494,32

Descrição	2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	44.446,51	1.509,62		45.956,13
Equipamento básico	2.113,90			2.113,90
Equipamento de transporte				
Equipamento biológico				
Equipamento administrativo	2.263,00	789,77		3.052,77
Outros Ativos fixos tangíveis	9.641,96	1.122,26		10.764,22
Investimentos em curso				
Total	58.465,37	3.421,65	0,00	61.887,02

6 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são representados pelo seguinte quadro:

Rubricas	2021	2020
Saldo Inicial	539,46	464,58
Aumentos	119,52	74,88
Alienações		
Saldo Final	658,98	539,46

7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	396,49	5.557,00
Total	396,49	5.557,00

8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento de Capitais	276,26	792,05
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.274,24	664,06
Total	1.550,50	1.456,11
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	133,00	166,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Segurança Social	418,20	502,00
FCT e FGCT		0,70
Total	551,20	668,70

9 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	8.550,76			8.550,76
Resultados transitados	1.137.735,78		(15.628,57)	1.122.107,21
Outras variações nos fundos patrimoniais	91,65	51.928,00		52.019,65
Resultado Líquido do Exercício	(15.628,57)	(25.783,13)	15.628,57	(25.783,13)
Total	1.130.749,62	26.144,87	0	1.156.894,49

10 Rédito

Os critérios de reconhecimento do rédito encontram-se apresentados no ponto 3.2.9 acima.

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas		
Prestação de Serviços		
Aluguer Capela		325,20
Quotizações e jóias	339,70	197,05
Rendas	910,00	810,00
Outros (Cama articulada, cadeira rodas, etc.)	615,00	
Juros	1.258,49	3.399,37
Cama articulada		750,00
Dividendos		
Total	3.123,19	5.481,62

11 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Instituição, no período de 2021 recebeu da Camara Municipal de Portimão um terreno com a área de mil e setenta e oito metros quadrados e com Valor Patrimonial de 1.078,00€.

12 Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Instituição, no ano de 2021, não se encontra obrigada à certificação legal de contas.

13 Acontecimentos após Data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santa Casa da Misericórdia da

Mexilhoeira Grande

DE 1 JANEIRO 2021 A 31 DEZEMBRO 2021

Handwritten signature and initials
 Sp. B1

Recebimentos		Pagamentos	
Recebimentos da actividade		Funcionamento	
Aluguer Capela	0,00 €	Água	138,61 €
Aluguer cama art.+cadeiras	615,00 €	Electricidade	450,52 €
Quotas	339,70 €	Material escritório	65,00 €
Renda terrenos	910,00 €	Contabilidade	1 300,00 €
Donativos	0,00 €	Comunicação	628,74 €
Outros (IRC+IVA)	1 981,84 €	CTT	45,99 €
		Produtos limpeza	52,36 €
		Despesas Bancarias+juros	95,31 €
		Taxas	109,24 €
Recebimentos de Capitais		Quotas	135,00 €
Juros	1 258,49 €	Sra. Limpeza	754,34 €
		Conservação reparação	1 114,87 €
		Registos e certidões	205,14 €
		Actividades	107,01 €
		Juros mora	43,56 €
		Pag. Retenção independentes	83,93 €
		Gastos com pessoal:	
		Vencimento	12 925,74 €
		Segurança social	5 156,29 €
		Fundo compensação	129,24 €
		Higiene e segurança no trabalho	98,40 €
		Seguro Ac. Trabalho	205,71 €
		Retenção	1 617,00 €
		Total Despesa	25 462,00 €
		INVESTIMENTO	
		Equipamento administrativo	1 029,76 €
		Estudo economico financeiro	5 535,00 €
		Estudo economico financeiro	3 228,75 €
		Projecto	12 725,58 €
		Aquisição terreno	931,26 €
Total Receita	5 105,03 €	Total Investimento	23 450,35 €
Saldo do ano anterior:	1 120 614,59 €		
Receitas	5 723,16 €		
Despesas+Investimento	48 912,35 €		
Saldo para o ano seguinte	1 077 425,40 €		

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO 2021

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, designadamente a alínea f) do artigo 35.º dos Estatutos, submetemos à aprovação de V. Exas o nosso parecer sobre o Relatório e as Contas respeitantes ao exercício de 2021 da Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande.

O Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande analisou o relatório de gestão e as contas do exercício de 2021 apresentados pela Mesa Administrativa.

Comparando os valores do Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2020 (15.628,57€) com o RLE de 2021 (25.783,13€), verifica-se um aumento de 10.154,56€ (+65%).

O aumento verificado no RLE é demonstrado cabalmente no Balanço e na Demonstração de Resultados.

Considerando o relatório, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração dos fluxos de caixa, cuja evolução através dos balancetes mensais foi acompanhada pelo Conselho Fiscal, que também acompanhou as normas contabilísticas; entende-se que o relatório e as contas traduzem com razoabilidade a actividade e a situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande, encontrando-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral.

Assim sendo, temos a honra de propor à digna Assembleia Geral ordinária que aprove o relatório de actividades e as contas de gerência relativas ao exercício de 2021.

Mexilhoeira Grande, 18 de março de 2022

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Yvair do Santos Sousa Mendes Bastiao

Secretário: Suzana Guis

Vogal: Ana Sofia Anacleto Luis